O Financiamento do Ensino Fundamental no Estado do Amazonas: Gastos em MDE e Apontamentos Críticos.

Nicanor Mateus Lopes*, Theresa Adrião.

Resumo

O trabalho buscou apresentar e analisar os recursos gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), empreendidos pelo governo do Estado do Amazonas no período de 2005 a 2015, no ensino fundamental, focalizando os volumes contingenciados para o setor privado.

Palavras-chave:

Financiamento, Ensino Fundamental, MDE.

Introdução

O trabalho vincula-se à pesquisa MAPEAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (2005-2015), financiada pelo CNPq, e adota por procedimento metodológico a pesquisa documental e análise de fontes primárias: dados informados e disponíveis no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

O período correspondente a 2005-2015, previsto no projeto de referência, considera a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que institui normas de finanças públicas relacionadas à responsabilidade na gestão fiscal e, no artigo 73-B, estabelece prazos (máximo de quatro anos) para que todas as esferas se adaptem ao texto legal (ADRIÃO *et al*, 2014). De acordo com Adrião *et al* (2014), a lei de Responsabilidade Fiscal - que regulamentou a Emenda Constitucional n. 19/1998 – ao delimitar os gastos do poder público com pessoal, apresenta um papel indutor à privatização e contribui significativamente para o aumento dos pactos e acordos entre os governos e o setor privado. Vale ressaltar que essa o ensino fundamental não é de responsabilidade única do estado, funcionando em regime de colaboração com os municípios e federação segundo o Art. 10º inciso II Emenda Constitucional n. 12.061/2009.

Resultados e Discussão

Verificou-se que, apesar do regime de colaboração que rege essa etapa do ensino, o estado foi responsável por uma média de 37% das matrículas.

Tabela 1: Dados de Matrícula da Rede Estadual e Total para o Ensino Fundamental no Estado do Amazonas.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estadual	150523	152605	140923	148725	149086	149310	155902	166425	171279	175147	175546
Total	161641	163826	149373	159537	160476	161893	169617	181160	184868	189517	189743

Fonte: Adrião *et al*. 2016 com base em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Após o levantamento dos dados no Siope, os valores foram corrigidos (atualizados) para o mês de janeiro de 2017 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo IBGE. A partir da análise dos dados é possível observar que o estado do Amazonas não investiu o mínimo de 25% arrecadação do estado em MDE como define o Art. 212 da Constituição Federal (1988). Exceto em 2015 quando houve queda na arrecadação. Como mostra a figura 1.

Nos anos analisados a transferência média de recursos registrados nas categorias econômicas 3.33.90.39 – Outros

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e 3.33.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos, comparando com o total investido no ensino fundamental foi de 13% do total investido nessa subfunção. Os valores, na íntegra, estão apresentados na tabela 2.

Figura 1. Gráfico Investimento Total em MDE Previsto em Lei (25%) e Investimento Efetivo, na série histórica (2005-2015).

Fonte: SIOPE

Tabela 2. Transferências de Recursos de MDE para o Ensino Fundamental no Estado do Amazonas.

Ano	TOTAL ENSINO FUNDAMENTAL	3.33.90.39.00.00	3.33.50.00.00.00	Soma das categorias selecionadas
2005	R\$ 677.798.353,71	R\$ 67.589.159,47	R\$ 527.365,73	R\$ 68.116.525,20
2006	R\$ 724.243.256,30	R\$ 60.782.260,32	R\$ 1.136.345,65	R\$ 61.918.605,97
2007	R\$ 1.169.899.525,94	R\$ 77.321.508,24	R\$ 823.113,66	R\$ 78.144.621,90
2008	R\$ 1.179.017.115,44	R\$ 115.573.081,60	R\$ 1.377.293,42	R\$ 116.950.375,03
2009	R\$ 1.040.782.043,22	R\$ 95.264.739,10	R\$ 277.571,64	R\$ 95.542.310,74
2010	R\$ 1.136.628.432,79	R\$ 229.519.331,85	R\$ 1.356.242,86	R\$ 230.875.574,70
2011	R\$ 713.803.774,90	R\$ 129.938.274,94	R\$ 650.807,26	R\$ 130.589.082,20
2012	R\$ 1.213.285.465,51	R\$ 187.350.896,88	R\$ 11.979.223,56	R\$ 199.330.120,44
2013	R\$ 1.481.676.018,59	R\$ 241.159.002,20	R\$ 7.440.267,19	R\$ 248.599.269,40
2014	R\$ 1.543.466.401,47	R\$ 153.477.409,39	R\$ 16.871.388,49	R\$ 170.348.797,88
2015	R\$ 1.805.136.712,00	R\$ 201.041.540,12	R\$ 24.220.619,47	R\$ 225.262.159,59

Fonte: SIOPE

Conclusões

Concluiu-se que no período, 13% dos recursos de MDE para o Ensino Fundamental, foram destinados ao setor privado o que indica privatização dessa etapa. Além disso o estado do Amazonas, nos anos iniciais do ensino fundamental obteve IDEB a baixo da média nacional durante toda a série histórica, o mesmo ocorreu nos anos finais, exceto em 2015 quando a superou em 0,2 pontos. Segundo os dados do SIOPE, o estado não cumpriu a legislação de investimento mínimo em Manutenção em Desenvolvimento do Ensino (MDE) previstos no Art. 212 da Constituição Federal (1988).

Agradecimentos

Ao GREPPE. E o financiamento SAE/UNICAMP e CNPq.

ADRIÃO, T. (coord.); GARCIA, T.O.G.; BORGHI, R.F.; BERTAGNA, R.H.; BARBOSA, L., Moelcke, S. Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015). Processo CNPq n. 459098/2014-4

BRASIL. FNDE. SIOPE: Relatórios Estaduais. 2016. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosEstaduais.jsp>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>